

INTERFACE ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO BRASIL

INTERFACE BETWEEN SOLIDARITY ECONOMY AND ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY FOR SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT IN BRAZIL

LISBOA, Flavia Augusta Miranda ¹
MELLO, Vanessa Souza Álvares de Mello ²
BARBOSA, Maria José de Souza ³
REIS, Adebaro Alves dos ⁴
PAIXÃO, Antônio Jorge Paraense da ⁵
PEDROSO, Augusto José Silva ⁶
RIBEIRO, Suezilde da Conceição Amaral ⁷

**Área Temática 1: Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmica Territoriais e Conhecimentos
Tradicionais**
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

O objetivo deste artigo visou analisar a produção científica sobre a interface entre sustentabilidade ambiental e economia solidária enquanto contribuição para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil, com foco em publicações recentes (2019-2024). A metodologia consistiu em uma revisão de literatura na base de dados Scopus, utilizando termos de busca combinados. Com base na literatura selecionada pode-se entender que as dimensões ambientais da biosfera têm sofrido transformações significativas devido à ação humana, intensificadas por modelo econômico exploratório que resultaram em esgotamento de recursos naturais e degradação ambiental. Diante desse cenário, abordagens holísticas como o desenvolvimento sustentável, buscam conciliar crescimento econômico, justiça social, proteção ambiental como alternativas de redução dos efeitos históricos de destruição da natureza. Neste contexto, a economia solidária surge como uma estratégia para o desenvolvimento rural, pois se baseia em princípios como autogestão, cooperação e valorização do trabalho humano, apresentando uma relação intrínseca com a sustentabilidade, incorporando respeito ambiental. Os resultados indicam que a economia solidária é um campo dinâmico e crítico ao modelo dominante, cujos princípios se alinham aos objetivos de sustentabilidade. A interface entre economia solidária e sustentabilidade ambiental é marcada por sinergia, onde seus princípios favorecem um desenvolvimento rural ao valorizar os recursos naturais, o conhecimento tradicional e a justiça social. Mesmo que as publicações analisadas não abordem explicitamente a relação entre os três conceitos, percebe-se que a economia solidária ao ter como campo a preservação ambiental e a justiça social, encontra-se alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desta forma, conclui-se que a interface entre sustentabilidade e economia solidária constitui um caminho promissor para o desenvolvimento rural sustentável, integrando dimensões sociais, econômicas e ambientais.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal; flavia.lisboa@ifpa.edu.br

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal; vanessa.mello@ifpa.edu.br

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal; mjsb.ufpa@gmail.com

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal; adebaro.reis@ifpa.edu.br

⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal; antonio.paraense@ifpa.edu.br

⁶ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal; augusto.pedroso@ifpa.edu.br

⁷ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal; suezilde.ribeiro@ifpa.edu.br

Palavras-Chave: Economia Solidária, Sustentabilidade Ambiental, Desenvolvimento Rural, Brasil, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Abstract

This article aimed to analyze the scientific production on the interface between environmental sustainability and the social solidarity economy as a contribution to sustainable rural development in Brazil, focusing on recent publications (2019-2024). The methodology consisted of a literature review in the Scopus database, utilizing combined search terms. Based on the selected literature, it's understood that the environmental dimensions of the biosphere have undergone significant transformations due to human action, intensified by an exploratory economic model that has resulted in natural resource depletion and environmental degradation. In this scenario, holistic approaches like sustainable development seek to reconcile economic growth, social justice, and environmental protection as alternatives to reduce the historical effects of nature's destruction. In this context, the social solidarity economy emerges as a strategy for rural development because it is based on principles such as self-management, cooperation, and the valorization of human labor, presenting an intrinsic relationship with sustainability by incorporating environmental respect. The results indicate that the social solidarity economy is a dynamic field critical of the dominant model, whose principles align with sustainability objectives. The interface between the social solidarity economy and environmental sustainability is marked by synergy, where their principles favor rural development by valuing natural resources, traditional knowledge, and social justice. Although the analyzed publications do not explicitly address the relationship between all three concepts, it is evident that the social solidarity economy, by encompassing environmental preservation and social justice, is aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs). Thus, it is concluded that the interface between sustainability and the social solidarity economy constitutes a promising path for sustainable rural development, integrating social, economic, and environmental dimensions.

Key words: Social Solidarity Economy, Environmental Sustainability, Rural Development, Brazil, Sustainable Development Goals.

1 Introdução

As dimensões ambientais da biosfera, ou seja, hidrosfera, atmosfera, e litosfera têm sofrido ao longo deste último século transformações significativas em sua constituição, sendo a espécie humana a principal responsável por essas modificações, as quais se intensificaram a partir da Revoluções Industrial e do modelo econômico adotado por diversos países, que tem como centralidade, a exploração linear da natureza, visando a obtenção de lucro, o que se intensificou, com o desenvolvimento da ciência aplicada à produção, favorecendo rapidez na retirada de recursos naturais, em face dos processos de transformação tecnológicas para a produção de em bens de consumo, contribuindo em consequência para a poluição do solo, da água, do ar e para a extinção de espécies animais e vegetais.

O termo desenvolvimento foi relacionado, por muito tempo, com aumento da produção e, conseqüentemente, aumento do lucro. Contudo, essa visão equivocada, focada quase que exclusivamente em indicadores econômicos, esbarrou em uma série de desafios interligados, sendo a desigualdade social um dos principais (Singer, 2002).

O modelo de produção capitalista industrial não proporcionou a melhoria das condições de vida para toda a população, pois a renda, ao invés de ser equitativamente distribuída foi cada vez mais concentrada, na mão dos capitalistas, e a falta de acesso a iguais oportunidades por parte da sociedade, favoreceu a injustiça social. Esses aspectos excludentes frequentemente foram negligenciados pelo modelo de desenvolvimento dominante.

Outrossim, o custo da degradação ambiental é extremamente caro, pois a forma de exploração de recursos naturais e seu processamento tem contribuído para a agudização dos problemas em níveis local e global, como o esgotamento de recursos naturais, os eventos climáticos extremos tão evidente nas últimas décadas, além dos problemas relacionados a saúde pública.

O modo de produção capitalista na visão de Gaiger (2003) fundamenta-se nas seguintes características: a) produção de mercadoria e o atendimento do mercado consumidor; b) separação de quem tem o poder de produzir e de quem produz (trabalhadores), c) transformação da força-de-trabalho igualmente em mercadoria a partir do trabalho assalariado; d) extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção.

Essa relação de trabalho, observada no modo de produção capitalista, alicerça-se em uma relação desarmônica entre indivíduos, pois a minoria detém os meios de produção e uma grande parcela da sociedade vende sua força de trabalho, transformando-a em mercadoria para produzir mercadoria.

Diante desse cenário complexo e preocupante, a necessidade de se considerar abordagens abrangentes sobre o desenvolvimento sustentável, que leva em consideração uma

visão integrada entre homem e natureza surge como uma alternativa sustentável promissora, a medida que propõe conciliar crescimento econômico com justiça social e proteção ambiental. Nesse sentido, essa nova concepção de desenvolvimento perpassa pelas mudanças nos atuais paradigmas relacionadas à produção e ao consumo, visando promoção da inclusão e justiça social, como meios de erradicação da pobreza e, para isso, é necessário o investimento em fontes de energia acessível e limpas, entre outras. Nessa perspectiva emergem os conceitos de sustentabilidade e economia solidária como estratégias para o desenvolvimento rural.

A sustentabilidade ambiental, conceito a ser explorado neste artigo, tem como principal preocupação a utilização dos recursos naturais de forma responsável, para que não haja o seu esgotamento ao longo do tempo, garantindo assim o acesso a esses recursos pelas gerações futuras (Alves; Lima, 2023).

A economia solidária por sua vez, apresenta-se como uma alternativa ao modelo econômico convencional, por possuir diversas formas de organização econômica, todas baseadas em princípios como: a participação, cooperação, a valorização do trabalho humano, além disso, propõe formas de produção e consumo conscientes e sustentáveis. Versa ainda sobre a distribuição igualitária dos lucros e o fortalecimento dos laços sociais (Silva, 2020).

A base da economia solidária são os elementos humanos, devido sua concepção de propriedade coletiva que prioriza a interação e a integração social, fortalecida pela troca mútua (Braz; Cardoso, 2013).

Desse modo, a economia solidária tem um grande potencial para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, quando articulada e integrada com os princípios da sustentabilidade ambiental, econômica e social, pois podem ser capazes de transformações significativas rumo ao desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

2 Metodologia

A pesquisa realizada para a elaboração do artigo ora em evidência teve como direcionamento, a revisão bibliográfica, visando explorar a interseção da sustentabilidade com

a economia solidária, enquanto contributos ao desenvolvimento rural sustentável no Brasil, conforme evidenciado em publicações dos últimos cinco anos. A questão-problema possibilitou delimitar o alcance da própria revisão de literatura, focando na interface entre economia solidária e sustentabilidade ambiental, no contexto do desenvolvimento rural brasileiro, com recorte temporal no período de 2019 a 2024.

Diante da complexidade e da relevância do tema, tornou-se essencial realizar uma revisão bibliográfica para compreender o estado atual do conhecimento sobre a interface entre sustentabilidade e economia solidária no desenvolvimento rural brasileiro. Essa revisão se justificou pela necessidade de sintetizar as diversas abordagens e achados de pesquisas existentes e que pudesse fornecer base sólida para futuras investigações e intervenções.

O objetivo principal desta revisão, portanto, foi analisar de forma abrangente a artigos existentes que fossem capazes de fazer a interface entre a sustentabilidade ambiental com a economia solidária, a fim de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Teve-se por foco em publicações de autores renomados no âmbito da economia solidária e nas publicações que tratam da relação da sustentabilidade ambiental à economia solidária.

Para isso, procurou-se contextualizar publicações anteriores a 2019, a fim de selecionar autores considerados de referência na temática da economia solidária como Gaiger (2003); Singer (2005) e Dal Ri (2010); De Faria (2011) e Braz e Cardoso (2013).

A busca da literatura foi realizada na base de dados Scopus, a fim de identificar a produção científica relevante sobre o tema estudado. Adicionalmente, foram considerados relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e anais de eventos científicos. Os termos utilizados foram em português e incluíram: "sustentabilidade ambiental" AND "economia solidária" AND "desenvolvimento rural" AND "Brasil"; "agricultura familiar" AND "economia solidária" AND "sustentabilidade ambiental" AND "Brasil, restringindo a busca para o período de 2019 a 2024.

Os critérios de inclusão definidos foram: estudos que abordassem explicitamente a interface entre sustentabilidade e economia solidária no contexto brasileiro do desenvolvimento rural, sendo considerado na busca somente os artigos científicos e relatórios relacionados ao tema da pesquisa.

Percebeu-se que não foram encontrados artigos no período definido que abordassem a relação com os três conceitos de forma explícita, sendo refeita a pesquisa utilizando termos de busca combinados em português e incluíram: "sustentabilidade ambiental" AND "economia solidária" AND "Brasil"; "agricultura familiar" AND "economia solidária" AND "sustentabilidade ambiental" AND "Brasil", "desenvolvimento rural" AND "economia solidária" AND "Brasil".

Os critérios de exclusão foram os artigos identificados nas plataformas pesquisadas que: não se concentrassem no contexto brasileiro e publicações anteriores a 2019 (exceto trabalhos seminais para contextualização sobre economia solidária); estudos focados apenas em sustentabilidade ou economia solidária, sem a devida articulação com o outro tema e com o desenvolvimento rural e trabalhos em duplicatas. Entre os diversos autores que estudaram esta temática destacam-se: Esmerio, Rodrigues e Alberti (2020) e Alves e Lima (2023).

3 Resultados/Discussões: Fundamentos Teóricos da Economia Solidária

Os estudos realizados por Silva (2020) e Santos e Rodríguez (2002) revelam que a economia solidária emergiu no Brasil no final do século XX, e se configura em uma área de estudo ainda em construção, marcado por uma forte base conceitual e por debates persistentes sobre sua aplicação prática. Conforme apresentado pelos autores, a economia solidária surge como uma crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista e emergiu como uma proposta para a organização social autogestionária do trabalho e da produção, centrada no ser humano, na cooperação e na solidariedade, em contraposição com a natureza exploratória do capitalismo tradicional.

De Faria (2017), menciona um importante debate sobre a aplicação integral da autogestão na prática dos empreendimentos, indicando que nem sempre há uma negação

absoluta da heterogestão. Essa observação é crucial, pois sugere uma complexidade inerente à transição teórica para a prática, onde a realidade dos empreendimentos pode apresentar nuances que desafiam a pureza conceitual.

A proposta da Economia Participativa (PARECON) de Brancalione (2020) reconhece que são necessários debates contínuos sobre a efetivação da autogestão na economia solidária, pois considera essa característica como um vetor para uma nova institucionalidade econômica, reiterando sua centralidade, pois a divisão equitativa da receita líquida entre os associados, a priorização do desenvolvimento das individualidades e o cuidado com o meio ambiente complementam os princípios de associação voluntária e posse coletiva dos meios de produção, caracterizada pela igualdade de direito entre os associados. Essa visão confirma o caráter multidimensional da economia solidária, as quais estão relacionadas as esferas econômicas, sociais e ambientais. A solidariedade, nesse contexto, transcende um mero valor para se tornar um princípio orientador de estratégias de produção e consumo cooperativas.

A literatura também evidencia a multidisciplinaridade do campo de pesquisa em economia solidária no Brasil, que se estende desde a análise dos próprios empreendimentos econômicos solidários até a relação com políticas públicas e tecnologias sociais (Silva, 2020). Esse variado e amplo caráter temático evidencia a importância do conceito para diversas áreas do conhecimento e sua capacidade de gerar debates sobre métodos e fronteiras disciplinares. A continuidade e o sucesso dos empreendimentos solidários, por sua vez, são intrinsecamente relacionados à sua articulação em redes sociais, evidenciando a importância da colaboração e do intercâmbio entre os atores (Braz; Cardoso, 2013).

Apesar de suas origens terem ocorrido no continente europeu, o conceito de economia solidária consolidou-se com especificidades no Brasil e em outros países da América Latina conforme Silva (2020), o que aponta para a necessidade de contextualização e adaptação teórica. Monje-Reyes (2011) destaca que seu desenvolvimento epistemológico está em construção, demandando contribuições de diversas disciplinas e estudos empíricos para fortalecer sua base teórica. Essa observação é particularmente pertinente, pois sinaliza para uma lacuna na literatura que estudos futuros podem preencher, especialmente no que tange à

validação e refinamento dos conceitos em diferentes realidades. Em especial na região Amazônica, cujas especificidades de ordem social, cultural, geográfica e ambiental influenciam a dinâmica social local.

Na literatura analisada pode-se identificar importantes desafios no que concerne a dificuldade de um conceito que contemple todos os participantes e a potencial minimização de sua natureza "alternativa" devido à inserção em relações de subordinação ao Estado e ao mercado capitalista (Brancaleone, 2020).

Assim, os debates apresentados pelos autores estudados para a elaboração deste artigo, são cruciais para se entender as tensões e os dilemas enfrentados pela economia solidária, em sua busca por ser uma verdadeira contra hegemonia ao modelo dominante. Todos os autores analisados, ressaltam a necessidade de um olhar crítico contínuo sobre as práticas e os resultados, a fim de preservar os valores centrais do movimento. Embora trate de uma alternativa ao modelo dominante é perceptível a influência que esse movimento social sofre, principalmente quando busca as fontes de financiamento, pois nestes casos precisa se adequar ao sistema vigente para garantir tais recursos.

Nesse âmbito, observou-se o grande potencial de transformação social proporcionada pela alternativa da economia solidária, organizada sobre preceitos da cooperação, valorização, pautada no respeito ao ser humano, na sustentabilidade ambiental, social e econômica e ao respeito aos valores culturais. Diferentemente do modelo dominante que tem um caráter explorador, onde o ser humano vende a sua força de trabalho em troca de um salário, e os recursos do ambiente são utilizados de forma predatória, cujo modelo é baseado em uma economia de base linear.

Nos princípios da economia solidária todos os envolvidos (seres humanos) possuem os mesmos benefícios financeiros e as decisões são tomadas de forma coletiva e há uma preocupação acerca do consumo de recursos naturais de forma racional, pois se entende que a economia deve ter caráter circular para garantia dos recursos para as futuras gerações.

Em síntese, a revisão teórica demonstra que a economia solidária não é apenas um conceito, mas um movimento complexo e multifacetado, com um arcabouço teórico em construção e apresenta desafios práticos e muitas vezes específicos dependendo da área em que o movimento está sendo desenvolvido.

Desta forma, verificou-se que existe uma base conceitual sólida para a compreensão dos princípios e finalidades da economia solidária, indicando a necessidade de pesquisas que aprofundem os debates sobre a autogestão, a relação com o mercado e o Estado, e a mensuração de seu impacto social e econômico.

3.1 Sustentabilidade ambiental e a interface com a economia solidária

Alves e Lima (2023), no estudo intitulado “Economia popular e solidária e sustentabilidade ambiental: confluências e fronteiras conceituais”, destacam a interface entre a sustentabilidade ambiental e a economia solidária, marcada por uma profunda relação intrínseca e complementar, onde os princípios da economia solidária se alinham de forma singular com os objetivos da sustentabilidade.

A economia solidária incorpora intrinsecamente princípios como o cuidado com o meio ambiente, demonstrando sua conexão com a sustentabilidade ambiental. A dimensão ambiental na economia solidária não é isolada, mas está ligada às relações entre as pessoas (dimensões sociais, políticas e econômicas), sugerindo que as questões ambientais estão profundamente enraizadas nas estruturas sociais e econômicas. Braz e Cardoso (2013) enfatizam que a sustentabilidade é um pilar para melhorar a relação entre o ser humano e a natureza, alinhando-se perfeitamente com os preceitos da economia solidária.

Esmerio, Rodrigues, Alberti (2021), por sua vez, entendem com base na pesquisa que realizaram, a qual foi intitulada; “Sustentabilidade e economia solidária, abordagem conjunta na base de dados web of Science (WOS)”, apresenta o conceito de sustentabilidade ambiental principalmente no contexto mais amplo do desenvolvimento sustentável, que considera o tripé ambiental, social e econômico. Neste aspecto, a relação da sustentabilidade com a economia solidária é abordada como uma problemática global e um tema imprescindível para a

implementação do desenvolvimento no século XXI. Eles abordam, ainda, que o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável é associado ao Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), da década de 1980, que buscou direcionar o equilíbrio entre crescimento econômico e proteção ambiental, levando em consideração a justiça social.

Os autores Esmerio, Rodrigues, Alberti (2021) reforçam a ideia de que a sustentabilidade é fundamental na economia solidária, pois frequentemente esses empreendimentos buscam utilizar tecnologias sustentáveis para valorizarem a preservação ambiental e a responsabilidade com a sucessão. Portanto, esses autor, ao debaterem a sustentabilidade, a relaciona diretamente à capacidade de manter os recursos naturais para as gerações futuras, considerando à conservação da natureza e o cuidado com o meio ambiente dentro de suas atividades produtivas.

A análise da bibliografia examinada evidencia que, fazem parte dos pilares da economia solidária, a sustentabilidade e a responsabilidade social, cuja preocupação com o meio ambiente e com o ser humano são valores intrínsecos às propostas solidárias, manifestando-se em diversas dimensões. Esse movimento foca no principal fator transformador: o ser humano e a sua relação com o meio em que está inserido.

Nesse contexto a economia solidária se interrelaciona com o conceito de sustentabilidade, pois parte do pressuposto de que os recursos naturais são finitos e que devem ser utilizados de forma racional para que não haja comprometimento de sua disponibilidade de utilização por parte das gerações futuras.

A economia solidária, em contraste com o modelo capitalista que visa o lucro a partir da exploração desmedida dos recursos naturais, propõe uma "mudança de paradigma", isto é, uma rediscussão de valores e hábitos, buscando a transformação social em direção à sustentabilidade, por meio da inclusão total, cooperação, diversidade, interdependência e conservação ambiental. A essência dessa mudança é política, focando na relação entre o homem e seu ambiente, visando construir uma sociedade onde todos participem de uma nova forma de produzir/distribuir conhecimento, bens, decisões, educação e comunicação.

A necessidade de contribuições multidisciplinares, especialmente da ecologia, para o desenvolvimento epistemológico da economia solidária é um aspecto fundamental levantado por Monje-Reyes (2011). Isso sugere que o campo da economia solidária, para aprofundar sua compreensão e prática da sustentabilidade, deve expandir seus horizontes teóricos, incorporando perspectivas de outras ciências.

3.2 Desenvolvimento rural e a economia solidária: um campo para sustentabilidade ambiental

Na perspectiva da relação entre desenvolvimento rural e economia solidária e a sustentabilidade ambiental, destacam-se os seguintes autores: Silva (2020), Singer (2005) e Dal Ri (2010), Gaiger (2003) e De Faria (2011), pois esses autores trazem contribuições importante, a exemplo do estudo realizado por Silva (2020), na publicação nominada “Dinâmicas da Economia no Brasil”, em que aborda a economia solidária como um conceito que reúne iniciativas econômicas populares, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Ele afirma que esta alternativa de desenvolvimento busca constituir-se em espaços rurais e urbanos, por meio de processos coletivos de mobilização que os revitalizam e dinamizam territorialmente. Também nesse contexto considera a economia solidária como um mecanismo de decisão coletiva, em que o produto gerado foi concebido pela coletividade. O autor faz referência aos empreendimentos de economia solidária enquanto sujeitos coletivos que podem gerar bons rendimentos para o meio rural e urbano, pois contribuem para a geração de trabalho e renda de forma equitativa.

Silva (2020) aponta ainda que iniciativas de fomento à economia solidária no meio rural inclui o apoio à agricultura familiar agroecológica, a viabilização de espaços de comercialização (como feiras), a promoção do comércio justo e solidário e o fomento a cadeias produtivas específicas; políticas públicas, como o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD) que buscar a promoção do desenvolvimento justo e solidário, incluindo pequenos produtores familiares rurais. O apoio governamental incluiu ações integradas como estratégia de superação da extrema pobreza e promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Singer (2005) é outro autor que em seu estudo “A economia solidária como ato pedagógico”, destaca que a economia solidária abrange elevadas possibilidades como mecanismo de desenvolvimento territorial sustentável, apresentando estratégias de inserção dos conceitos de economia solidária nos processos de desenvolvimento dos territórios. Ele reconhece que esses empreendimentos tem como premissa a autogestão enquanto alternativa à precarização do trabalho, por se constituir como uma ação estruturante à erradicação da pobreza.

Singer (2005) afirma que potencialidades locais, principalmente econômicas, podem ser aproveitadas de forma solidária e sustentável pela economia solidária, identificando e fortalecendo cadeias produtivas da economia familiar e promovendo redes de produção, beneficiamento e comercialização, transformando arranjos produtivos locais em arranjos produtivos, solidários e sustentáveis. Menciona a formação de agentes de desenvolvimento solidário para atuarem em realidades como comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária.

Na pesquisa realizada por Dal Ri (2010), na publicação “Trabalho associado, economia solidária e Mudança social na América Latina”, reflete sobre o desenvolvimento de iniciativas de trabalho coletivo (relacionadas à economia solidária) como parte da luta por mudanças sociais, referenciando experiências em assentamentos de reforma agrária influenciados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Ela sugere que o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e urbanas pode ser alcançado planejando a integração de cadeias produtivas solidárias para aumentar seu impacto no desenvolvimento local, endógeno e comunitário, mobilizando recursos e potencialidades para melhorar as condições e relações de trabalho da população local.

Argumenta que a globalização pode oferecer oportunidades para repensar a diversidade local e ajudar comunidades locais a encontrar novos espaços ou resistir a pressões, e que a economia solidária, ao adotar formas sociais e culturais diversas, oferece um caminho para o desenvolvimento rural. Dal Ri (2010) reforça que a autogestão é um dos princípios da economia solidária, e, por isso, é vista como um instrumento para transformações sociais em direção a

uma sociedade mais justa, com potencial democrático, igualitário, coletivo, emancipatório e solidário, sendo uma excelente forma de produção para superar a lógica acumulativa imposta pelo capitalismo. A autora define uma nova concepção de economia solidária, que constrói estratégias de desenvolvimento territorial baseadas numa nova lógica econômica, integradas ao tecido social, político e cultural da localidade, indo além da geração de trabalho/renda para focar no desenvolvimento do território em suas dimensões social, política, cultural e ambiental.

A economia solidária, por seus princípios de cooperação, autogestão e solidariedade, alinha-se intrinsecamente com os objetivos do desenvolvimento rural sustentável. Ela promove a geração de riqueza com equidade, o respeito à diversidade cultural e étnica, a justiça social e, crucialmente, o uso sustentável dos recursos naturais. Ao valorizar o conhecimento tradicional e o patrimônio cultural das comunidades rurais, a economia solidária oferece um caminho para o desenvolvimento que é culturalmente sensível e ecologicamente resiliente.

Assim, Gaiger (2003), no artigo intitulado “A Economia solidária diante do modo de produção capitalista” apresenta experiências em cooperativas agropecuárias e outras formas de associação em assentamentos rurais e indica que a socialização da terra e do trabalho modifica a forma social de produção. Destaca o forte enraizamento local da economia solidária, que permite o uso de recursos locais para revitalizar e dinamizar processos coletivos de mobilização, contribuindo para a dinamização do potencial local.

De Faria (2011), na publicação “Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital”, reforça a conexão entre a economia solidária e desenvolvimento rural, apresenta existência de experiências de economia solidária em cooperativas agrícolas criadas, a partir da reforma agrária, incluindo, em sua definição de economia solidária, as iniciativas de setores populares e marginais das cidades e do campo, a fim de recuperar o controle sobre as condições de vida, com base em valores comunitários e solidários. Situa a economia solidária em um "modelo alternativo de desenvolvimento" como oportunidade de gerar novas formas de trabalho e construção de alternativas de desenvolvimento sustentável e social.

A economia solidária é um importante mecanismo de desenvolvimento rural, reside na organização coletiva e autogestionária da produção e do trabalho no meio rural; a mobilização e valorização de recursos e potencialidades locais; a criação de dinâmicas endógenas de produção e consumo e mercados alternativos, que atendem às especificidades regionais e culturais; a geração de trabalho e renda, contribuindo para a superação da pobreza e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades rurais, o fomento ao desenvolvimento local e territorial sustentável; a promoção de práticas como a agricultura familiar agroecológica, o comércio justo e solidário, e as finanças solidárias adaptadas às necessidades rurais; a busca por maior autonomia local e o fortalecimento das relações sociais e do capital social nas comunidades; o papel como alternativa ao desemprego e à precarização do trabalho no campo.

Apesar das publicações não abordarem de forma explícita a relação da sustentabilidade ambiental com a economia solidária e o desenvolvimento rural, apresentam como finalidades da economia solidária a satisfação das necessidades humanas, a igualdade de oportunidades, a preservação do meio ambiente e a luta por justiça social e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, essas finalidades estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desse modo o estudo confirma a relação entre esses três conceitos.

Nesse contexto, a economia solidária promove a geração de riqueza com equidade, o respeito à diversidade cultural e étnica, a justiça social e, crucialmente, o uso sustentável dos recursos naturais. Ao valorizar o conhecimento tradicional e o patrimônio cultural das comunidades rurais, a economia solidária concede um caminho para o desenvolvimento rural sustentável.

4 Considerações Finais

O presente artigo demonstrou que a interface entre a sustentabilidade e economia solidária é caracterizada por profunda sinergia, onde seus princípios como autogestão, cooperação e foco no bem-estar coletivo, a posicionam como uma alternativa alinhada à sustentabilidade. Assim, apesar de desafios operacionais e de financiamento, as iniciativas da economia solidária oferecem exemplos práticos de integração ambiental, impulsionando a economia circular, a produção agroecológica e a governança ambiental participativa.

A revisão teórica nos possibilitou entender que a economia solidária se estabelece como um paradigma socioeconômico em construção e crítico ao desenvolvimento capitalista, cujos princípios de autogestão, cooperação e solidariedade são as bases de sua construção social. A sustentabilidade ambiental se configura como um princípio fundamental em complementaridade ao conceito de economia solidária ao promover a melhoria da relação homem natureza, essa interface mostra-se como um caminho promissor para o desenvolvimento rural sustentável.

5 Agradecimentos

Nossa gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Sistemas Agroalimentares do Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Castanhal, por proporcionar um ambiente de crescimento acadêmico, profissional e pessoal. Expressamos especial agradecimento aos professores orientadores, cuja expertise, dedicação e orientação foram essenciais para a conclusão deste trabalho.

Referências

ALVES, A. de O.; LIMA, L. R. O. Economia Popular e Solidária e sustentabilidade ambiental: confluências e fronteiras conceituais. **Revista Macambira**, v. 7, n. 1, p. 1-14, jan/dez. 2023. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/RM/article/view/939>. Acesso em: 2 maio 2025.

BRAZ, Célia Lucia do Rosário; CARDOSO, Onésimo Oliveira. Economia solidária e redes sociais: antigos fenômenos, novas feições. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, v. 9, n. 17, p. 59-77, jul. 2013. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Revistaorganizacoesemcontexto/2013/no17/3.pdf>. Acesso em: 16 maio 2025.

BRANCALEONE, C. Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: notas para uma crítica à economia solidária. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 19, n. 45, p. 301-336, Maio/Ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/59842/44724>. Acesso em: 2 maio 2025.

DAL RI, N. M. (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

DE FARIA, J. H. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE.BR**, Curitiba. 15, n. 3, jul. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/4XBjkcZTNxTqRh7ZW8BxMgz/?lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2025.

ESMERIO, J. R.; RODRIGUES, L.A.; ALBERTI, R. Sustentabilidade e economia solidária, abordagem conjunta na base de dados web of science(WOS). **Revista de Administração**, Roraima, v. 10, maio 2021. Disponível em: <https://revista.ufr.br/adminrr/issue/view/297>. Acesso em: 21 maio 2025.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>. Acesso em: 10 maio 2025.

MONJE-REYES, P. Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 704-723, set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/X78hymrwmvj75qTDB63k6LN/?lang=es>. Acesso em: 03 maio 2025.

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção *In*: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/201216_livro_dinamicas_da_economia.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.